

*A cultura popular na perspectiva dos
intelectuais do Movimento de
Cultura Popular do Recife*



Capa do livro *Memorial do Movimento de Cultura Popular* (detalhe). 1968.

Fabio Silva de Souza

Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de História da Faculdade Santa Izildinha, da União das Instituições de Ensino de São Paulo (Uniesp) - Campus São Mateus e do Colégio Novo Rumo, de São Paulo. fabiosilvads@yahoo.com.br

A cultura popular na perspectiva dos intelectuais do Movimento de Cultura Popular do Recife

Popular culture according to intellectuals within the Movimento de Cultura Popular do Recife

Fabio Silva de Souza

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar os modos como a cultura popular foi representada no interior do Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP). As formações intelectuais que ali militaram concebiam a história como uma sucessão de esquemas de dominação social e política que variavam apenas na forma e na intensidade. Tal premissa, corroborada pelo entendimento comum de que esses esquemas de dominação só sofreriam radicais mudanças quando as classes dominadas se conscientizassem da sua força política, não arrefeceu as tensões provenientes das diferentes leituras sobre como a cultura popular deveria ser trabalhada internamente pelos intelectuais do MCP. A despeito dessas diferentes posições e levando em consideração certo consenso existente entre seus intelectuais sobre a necessidade de conhecer cientificamente a realidade social pernambucana, analisaremos as linhas básicas de sua concepção sobre a cultura popular.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento de Cultura Popular; intelectuais; Pernambuco.

ABSTRACT

This essay analyzes the ways popular culture was represented by the MCP (Recife Popular Culture Movement). The groups of intellectuals active in this organization saw history as a sequence of social and political domination schemes that vary only in style and intensity. This premise –based on a consensus that this domination schemes would only change radically when the dominated classes became aware of their political strength– did not soften tensions stemming from different points of view as to how popular culture should be treated by the MCP. Despite these differences and considering a relative consensus among these intellectuals as to the need of knowing scientifically the Pernambuco social reality, we will analyze how these intellectuals conceived popular culture.

KEYWORDS: Movimento de Cultura Popular; intellectuals; Pernambuco.

¹ O Movimento de Cultura Popular do Recife, criado em maio de 1960, por setores da intelectualidade e do movimento estudantil da capital pernambucana, a pedido do então prefeito do Recife, Miguel Arraes, foi uma associação civil, com um projeto político-cultural que visava, por meio da valorização das culturas dos setores populares, a efetiva alfabetização de tais setores e sua simultânea organização política. O movimento teve, como horizonte utópico, a transformação da sociedade local e, sucessivamente, da brasileira. A efervescência suscitada, entretanto, foi violentamente interrompida pelo golpe de 1964 e a repressão policial-militar por este desencadeada.

² Cf. Resoluções do I Seminário Centro-Norte de alfabetização. Esse documento pertence ao arquivo particular do Professor Germano Coelho, primeiro presidente e principal ideólogo do MCP. Doravante, referenciaremos os documentos desse arquivo pela sigla: APGC.

80

A ideia de cultura popular adotada pelos intelectuais do Movimento de Cultura Popular do Recife¹ baseia-se nas determinantes culturais da própria região Nordeste. Dito de outra forma, o ponto de partida para alcançar as “técnicas metódicas” à conscientização dos setores populares foi o folclore nordestino. Essa assertiva se fundamenta na opção feita pelos intelectuais do MCP de “pesquisar manifestações culturais, vivência e linguagem do povo (as mais características)”, bem como “descobrir com o povo o valor dessas manifestações”.²

Para melhor entender a relação estabelecida acima, analisaremos, subsidiados pelas reflexões de Florival Seraine, como o folclore corroborou para a ideia de cultura popular dos intelectuais do MCP.³ Para tanto, partiremos dos fundamentos que o autor traz à tona sobre como o folclore se concreta objetivamente. Ao estabelecer esses fundamentos, buscamos localizar as determinantes da concepção de cultura popular desenvolvida pela intelectualidade que militou naquele movimento.

Havia, por parte de Seraine, uma preocupação em situar suas concepções teóricas no tempo e no espaço. Era no próprio meio ambiente nordestino que o autor buscava os exemplos para alicerçar sua argumentação. Desse modo, revisitamos um dos exemplos utilizados pelo autor para traçarmos os diálogos travados entre a visão acerca do popular encampada pelos folcloristas e a concebida pelos intelectuais do MCP.

Segundo Seraine, em certas áreas do litoral nordestino, onde os indígenas se estabeleceram por um maior período de tempo, são encontrados alguns objetos de pedra polida que surgem em escavações de poços, ou trazidos à superfície pelos fortes ventos do litoral. Quando perguntado aos moradores não letrados de aldeias rurais sobre aquele artefato, estes vão chamá-lo de “pedra de raio”, denominação oriunda das crenças populares que supunham que o artefato havia caído do céu com algum raio. Um número reduzido de camponeses, até algumas vintenas de anos atrás, reconhecia naquele artefato um machado de pedra polida típico da cultura indígena que ali permaneceu desde tempos idos.

Esse mesmo artefato, de acordo com a argumentação do autor, colocado na presença de uma pessoa detentora de conhecimento científico, ela rapidamente o considerará um “objeto cultural”, um artefato arqueológico fabricado por antigos povos aborígenes, e nunca pelos aldeões onde o mesmo foi encontrado. O folclorista ainda acrescenta que o referido artefato nas áreas mais heterogêneas culturalmente, como os grandes centros, será reconhecido como um fragmento de pedra especializadamente brunida, mas cujo significado não se percebe de imediato.⁴

Contudo, os não letrados e aquelas pessoas que não percebem o significado do artefato de imediato estão suscetíveis a receber dois esclarecimentos distintos, os quais transmitirão ao artefato o sentido cultural que lhe falta, antes que este tenha recebido uma significação por explicação, ou até mesmo uma definição por conhecimento de sua função. O primeiro, esclarece o teórico, habita a crença popular e encontra-se amplamente compartilhado na coletividade rural. O segundo, por sua vez, afirma-se no conhecimento transmitido pela ciência.

Ele ainda acrescenta que, nas sociedades em que a tradição escrita é hegemônica, os extratos sociais em que a modalidade do saber é o vulgar são tidos como “socioculturalmente inferiores”, pois entre seus integrantes a explicação científica dos objetos não é regularmente alcançada. É entre essas pessoas que se estabelece o domínio do folclórico. Entretanto, integrar um ou outro desses extratos não impede o indivíduo de tomar conhecimento e de incorporar ideias difundidas pela camada social da qual ele não faz parte.

De acordo com essa ótica, conceber a sociedade em classes ou dividi-la em extratos sociais não é fator preponderante da conceituação do folclórico. Sua caracterização é feita com base na qualidade do saber “não influenciado diretamente pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou a uma fixação de uma orientação religiosa ou filosófica”.⁵

³ As ideias sobre folclore aqui apresentadas foram elaboradas pelo prof. Florival Seraine, da Comissão Cearense de Folclore. Registradas em documento da Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC. Ibecc/Cnf I/Doc. 465, de 2 maio 1961.

⁴ Cf. Rodolfo Vilhena, os folcloristas foram os primeiros a formularem um discurso sistêmico sobre a “cultura popular”. Ver VILHENA, Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 30.

⁵ Carta do folclore brasileiro – Doc. 235, de 4 out 1957 – Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, *apud* Documento da Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC. Ibecc/Cnf I/Doc. 465, de 2 maio 1961.

⁶ Definição dada por Seraine fundamentada no conceito Folklore, ou, mais didaticamente, *folk* (vulgo) *lore* (saber).

⁷ Para saber mais sobre o desenvolvimento que essa área de estudo alcançou em fins da década de 1950, bem como a influência que exerceu na intelectualidade de meados do séc. XX, ver VILHENA, Rodolfo, *op. cit.*, p. 21-37.

Desse modo, ambas as formas de conhecimento – a vulgar e a científica – apenas encontram significações bem compartimentadas nas sociedades que conseguiram obter certo grau de desenvolvimento cultural. Naquelas, por exemplo, onde não há uma tradição escrita, é impossível estabelecer essa diferenciação. Mesmo que se leve em consideração a distinção de especialidades ou de classes sociais, pois, nesse contexto, as formas de conhecimento difundidas não alcançam a esfera da cientificidade.

Encontrado preponderantemente nas camadas populares das sociedades, o “saber do vulgo”⁶, conforme exposto acima, só adquire essa significação ao entrar em contato com as manifestações culturais reveladas pelos povos grafados. Quando se fala sobre o “saber do vulgo”, algo precisa ficar claro para o leitor. O teórico evidencia que esse tipo de conhecimento não se fundamenta em um “saber racional, metódico, e suas projeções na conduta humana”, mas sim, no “acervo de crenças e conhecimentos empíricos, de atos e práticas deles decorrentes, que dão forma e sentido à cultura popular”.⁷

Assim, a separação dos dois campos do conhecimento foi uma construção empreendida pela intelectualidade, cujo objetivo consistia em criar uma “abstração metodológica” que pudesse conduzir as apreciações acerca do “saber cultural”. Dito isso, gostaríamos de destacar nessas ideias o que nos parece sintomático para a compreensão dos imperativos dos intelectuais que estruturam suas análises acerca do popular a partir dessas concepções. Interessa-nos sublinhar os preconceitos acerca da cultura popular enredados por essa perspectiva.

A paisagem cultural apresentada por Seraine se estrutura a partir de um cenário cuja principal característica é a hierarquia entre o saber vulgar e o científico. A nosso ver, essa concepção vislumbrava uma incapacidade dos setores populares de se servir da sua própria capacidade crítica. Para ele, bem como para aqueles que concebiam a cultura popular nesses termos, caberia à intelectualidade ilustrada guiar os setores populares rumo à superação de sua passividade diante de sua própria cultura.

Parece-nos distintivo que, para os adeptos dessa perspectiva, era difícil para os setores populares romperem sozinhos os grilhões que os prendiam ao estágio que os folcloristas entendiam como inferior culturalmente. Ao se colocarem nessa posição, os folcloristas admitiam que os setores populares, tomados em conjunto, não tinham as ferramentas intelectuais necessárias para se servirem com segurança de seu próprio conhecimento. Com efeito, cabia aos letrados interpretar e transmitir os sentidos da cultura popular aos próprios populares.

Nessa marcha, os folcloristas decidiam o que era mais ou menos importante para uma compreensão vasta da natureza, da sociedade. Enquanto detentores do conhecimento científico, os folcloristas se viam com o dever de dar conhecimento aos setores populares de suas ideias sobre o que eles concebiam como equivocado nas interpretações empreendidas na ordem do saber vulgar. Exposição que buscava propor a melhor significação acerca da essência das interações sociais. Subjacente a essa postura, havia a crença de que o saber da ordem do vulgar não poderia ser ensinado livremente como melhor lhe parecesse aos populares não letrados, mas, sim, segundo a prescrição do científico e em nome dele.

Dito isso, buscaremos demonstrar em que medida essas ideias foram incorporadas e trabalhadas nos empreendimentos culturais do MCP. Na antinomia política pernambucana – contradições socioeconômicas



resultantes da pressão dos setores progressistas daquela sociedade sobre antigas formas de se conceber a política local – interessa-nos localizar a influência das concepções folcloristas de cultura popular no processo de conscientização e politização dos setores populares levados a cabo pela intelectualidade do MCP.

A cultura popular e o despertar da consciência das massas

A “elevação do nível cultural do povo”⁸, um dos principais objetivos do MCP, foi levada a cabo por meio de educadores/intelectuais qualificados nas causas mais caras aos setores populares. A Divisão de Pesquisa do MCP – setor de estudos sociológicos dirigido por Paulo Freire – avaliou ser necessário um número indispensável de animadores trabalhando na promoção cultural dos setores populares. Quadros que eram formados no seio do próprio Movimento. No período em que o MCP esteve em atividade, a formação dessas lideranças foi condicionada, sobremaneira, pela conquista da educação popular. Educação cujos pilares fincavam raízes no voluntarismo de compartilhar conhecimento por parte de todos os envolvidos naquela dinâmica.

Aquela experiência, que visava “enfrentar os problemas da universalidade do conhecimento, dentro de uma perspectiva de unidade”⁹, nos dá preciosas informações para melhor compreender esse trabalho. Subsidiados pelos documentos programáticos do MCP, situamos como condições gerais dessa formação: a contribuição para despertar um estado de confiança nos setores populares, a preocupação candente em saber escutar os testemunhos populares a fim de ressignificá-los, ajudar os populares a compartilhar experiências recíprocas, bem como ajudá-los a melhor utilizar seus próprios conhecimentos.

É nesse sentido que as melhores técnicas foram mobilizadas. Os intelectuais do MCP cumpriram um vasto trabalho de pesquisa e experimentação, no entanto, esse trabalho não foi suficiente para distanciá-los de algumas concepções conservadoras a respeito da cultura popular. Analisemos a ideia central da resolução do I Seminário Centro Norte de Alfabetização: “A elaboração de uma cultura popular poderá vir a ser a síntese do trabalho daqueles que possuem os instrumentos superiores da cultura e daqueles que não podem se apossar desses instrumentos em consequência da nossa atual estrutura. Somente esta interação – cultura e vivência – indicará os caminhos através dos quais a Cultura Popular alcançará seus objetivos”¹⁰.

Conforme o documento aponta, um conhecimento científico do processo e dos condicionantes do saber popular seria sempre necessário. Por mais que os intelectuais do Movimento considerassem os testemunhos, os escritos e a vivência cotidiana dos populares indispensáveis na dinâmica educativa levada a cabo pelo MCP, existia uma hierarquia entre o saber vulgar e o científico. Contudo, não se tratava de deixar de lado as ideias dos setores populares acerca da sociedade e da política, mas de compartilhar ou recusar aquilo que portava um interesse particular a todos. Aquilo que revelasse seu sofrimento, sua alegria, suas dificuldades, mas que ao mesmo tempo contribuísse para ascender os populares ao plano da cultura desejada e necessária.

Nesse plano, não era colocado em xeque que os populares tinham um determinado conhecimento, uma experiência, que eles tinham algo a dizer,

⁸ Estatuto do Movimento de Cultura Popular, p. 1. APGC. Esse consequente objetivo traz consigo uma forte carga ideológica compartilhada pelos intelectuais que militaram naquele movimento. A fim de situar o leitor a partir de um ponto de vista mais teórico, buscaremos demonstrar de que forma aqueles intelectuais progressistas se valeram das concepções conservadoras e elitistas dos folcloristas.

⁹ Apresentação do Estatuto do Movimento de Cultura Popular, *op. cit.*, APGC.

¹⁰ Resolução do I Seminário Centro-Norte de Alfabetização, *op. cit.*

¹¹ Grupos religiosos envolvidos na festividade: Coro da Mocidade da Boa Vista, sob a regência de Elza Loureiro; Coral da Mocidade da Igreja Presbiteriana do Recife, sob a regência de José Américo de Lima; Coral Dr. Orlando Vasconcelos da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, sob a regência de Hermany Soares; Coral São Pedro Mártir, de Olinda, sob a regência de Otoniel de Lima Mendes; igrejas: Igreja do Rosário dos Homens Pretos; Igreja da Conceição dos Militares; Igreja de São Pedro dos Clérigos; Igreja do Livramento; Matriz de Santo Antônio; Ordem Carmelitana; Convento de Santo Antônio; e a Basílica Nossa Senhora da Penha. Por sua vez, os estabelecimentos comerciais que apoiaram a festa foram: Cinzano; Companhia Antártica Paulista; Pernambuco Tramways; General Electric; Philips do Brasil; Fogos Caramuru; bem como o Clube dos Diretores Lojistas. Cf. "Programa da primeira Festa de Natal da cidade do Recife". APGC.

faltava-lhes, apenas, os meios para se exprimirem. Nessa chave de entendimento, o homem de ofício era tido como aquele cujo trabalho manual lhe fornecia uma maneira *sui generis* de refletir, de ver o mundo. Aquele cuja linguagem habitual para responder aos imperativos da sociedade moderna não se fazia eficaz. Desse modo, parece-nos sintomático que aquela intelectualidade concebia a existência de duas linguagens distintas: a produzida pela vivência cotidiana e a oriunda de um saber especializado, científico.

Para aqueles intelectuais, essas duas linguagens, essas duas formas diferenciadas de ver o mundo, estavam longe de ser a mesma coisa. A rica linguagem da cultura popular, sua maneira de ver e criar significações a partir de suas experiências empíricas deveriam ser vertidas ao domínio do científico. Dito de outra forma, o conhecimento vulgar se revelava, em certa medida, como um entrave de ordem cultural que limitava as ações políticas dos setores populares. Sendo imprescindível, desse modo, a ingerência dos educadores/intelectuais no sentido de conhecer, interpretar e dar vazão aos conhecimentos da ordem das experiências cotidianas.

Embora os populares sentissem mais profundamente as modificações de seu tempo, o intelectual era tido, nesses termos, como quem melhor conhecia as coisas possíveis de serem realizadas. Como os que melhor conheciam o passado, desse modo, como os mais capacitados a dirigir as transformações do presente. Os indispensáveis para conhecer e interpretar as vivências e anseios dos setores populares, como também imprescindíveis por saber o melhor pensamento sociopolítico. De forma mais geral, o conhecimento popular exprimia uma maneira de experiência da vida, de experiência social-histórica, que sem a ingerência dos intelectuais se tornava inócua na batalha pelas transformações social e política empreendidas pelas forças progressistas pernambucanas.

A fim de obtermos uma compreensão mais acurada das formas como essas ideias foram manifestadas nos empreendimentos culturais do MCP, passemos à análise de sua visão de cultura popular. De que forma o saber científico assumiu uma posição de protagonista em relação ao saber vulgar e como o intelectual foi representado como a voz autorizada de sua época.

A significação da cultura popular nos festejos populares

Os dois primeiros anos de atividades do MCP – 1960/1961 – foram marcados pela valorização das festas populares. Dentro desse plano, três ganharam destaque, a natalina, a carnavalesca e a junina. Em face do espaço que essas manifestações culturais alcançaram no interior do MCP, vamos privilegiá-las nas análises que buscam identificar traços de uma concepção de cultura popular que se coadunava à concebida pelos folcloristas. Pretendemos chegar a esse objetivo por meio da análise dos aspectos formais e funcionais das referidas festividades.

A primeira festa a ser incorporada às políticas culturais do MCP foi a Festa de Natal da cidade do Recife de 1960. Promovida pelo Movimento de Cultura Popular e pela prefeitura da cidade do Recife, com o apoio de comunidades religiosas católicas e protestantes, bem como de várias empresas comerciais¹¹. A festa teve como ponto alto a unidade de vários grupos em prol da realização do evento. Na noite de 24 de dezembro daquele ano, a festividade foi iniciada com a apresentação da Banda de Fuzileiros do 3º Distrito Naval, com participação de uma Banda Naval dos EUA, que passava por Recife naquela data.

Em seguida, começaram as apresentações dos grupos musicais religiosos e as cerimônias litúrgicas. A cargo da preparação do altar, bem como das cerimônias ficaram a JUC, JOC e a JIC, grupos de jovens católicos que desde as primeiras atividades do MCP se fizeram colaboradores. Após uma grande queima de fogos e do repicar dos sinos das igrejas do Recife, às 24h, o arcebispo de Olinda e Recife, dom Carlos Coelho, celebrou a Missa de Natal. O êxito da iniciativa do MCP pôde ser calculado pela expressiva quantidade de pessoas que para o evento afluíram.¹²

Dois elementos nos parecem significativos nessa estrutura. O primeiro, o lúdico-religioso, que desde tempos idos acompanha a festividade natalina, ali representado pelas apresentações dos conjuntos folclóricos natalinos: reisados, pastoris e fandangos. O segundo, o econômico/utilitário, representado pelo apoio das empresas comerciais ao evento. Elementos que nos possibilitam, objetivamente, definir aquela Festa de Natal como lúdico-utilitária.

Dada a falta de registros documentais que nos possibilitem traçar uma acurada análise daquelas manifestações folclóricas, e de como foram apresentadas suas mensagens populares naquela noite de Natal, acentuaremos aqui o aspecto funcional da referida festa, uma vez que: “participando, por sua funcionalidade, da cultura de determinada sociedade, o fato folclórico é, por sua natureza, institucionalizado, isto é, integrante de uma estrutura e dum sistema de relações e interações ordenadas a uma função operativa e, sobretudo, regulacional, seja a educação, a religião, o controle dos costumes, seja a recreação, a formação da personalidade, a explicação da natureza e do cosmos.”¹³

Opção metodológica que, sob essa orientação geral de Thales de Azevedo, nos fornecerá os elementos necessários para compreender a influência das concepções folclóricas nas ações empreendidas pelo MCP. Nesse plano, interessa-nos demonstrar a incorporação de novos “saberes culturais” decorrentes da “cientifização da cultura” à função originária da Festa de Natal.

A esse respeito, analisemos o texto-convite assinado pelo então prefeito da cidade do Recife, Miguel Arraes: “Em cada mil crianças que nascem no Recife, uma centena já nasce morta, e mais de duzentas das que sobrevivem morrem com menos de um ano. A ignorância, o desemprego, a doença e a fome, que dragam o Recife, são responsáveis imediatos pelo crime, mas a sua causa mais profunda finca as suas raízes na organização econômica e social injusta, em que vivemos.”

Notemos como o contexto político-social dos anos 1960 foi incorporado e trabalhado na primeira parte do texto. Gostaríamos de chamar a atenção do leitor para dois aspectos distintos, porém, oriundos de uma mesma perspectiva acerca do popular. O primeiro é que o referido texto foi construído em primeira pessoa, o que colocava o governo da cidade do Recife como parte integrante dos setores populares. Apesar dessa incoerência – uma determinada elite abastada se ver como vítima das injustiças sociais – o discurso de Miguel Arraes no texto-convite nutria a intenção de criar uma coesão não espontânea, uma solidariedade entre os grupos – governo e população pobre.

A construção do vínculo entre governo e a parcela mais miserável da população do Recife, a nosso ver, é apenas parte de um duplo processo de identificação que envolvia a coesão entre povo e governo, mas também entre ambos e a figura mítica de Jesus Cristo, oportunamente evocada em

¹² Cf. Esboço do primeiro boletim do MCP, p. 3. APGC. Parte dessas informações podem ser encontradas, também, em COELHO, Germano. *MCP: história do Movimento de Cultura Popular*. Recife: Edição do Autor, 2012.

¹³ AZEVEDO, Thales de. *Ensaio de antropologia social*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

¹⁴ Texto citado na obra COELHO, Germano. *MCP, op. cit.*, p. 90 e 91.

¹⁵ NETO, João Cabral. As duas cidades. In: *O Rio: ou relação da viagem que fez o Capibaribe de sua nascente a cidade do Recife*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviços de Comemorações Culturais, 1954.

¹⁶ Aqui, procuramos ressignificar o conceito de “sistema integral”, com base na perspectiva de cultura dos intelectuais do MCP. Mas, na clássica definição da Antropologia Cultural, a “integração” é conceber a cultura como um todo em que os fatos culturais são olhados em todos os níveis de desenvolvimento. Ou seja, pelo papel que desempenham no sistema integral da cultura e como eles estão conectados. Ver WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, e MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

¹⁷ Documento da Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC, *op. cit.*

¹⁸ Dois flashes do carnaval pernambucano (1861-1961). APGC.

função do festejo natalino. Vejamos como isso se apresenta na segunda parte do referido documento: “O menino, cujo nascimento em Belém, há quase dois mil anos, o Recife todo festeja, não teve casa para nascer, nem mesmo mocambo. Nasceu numa cocheira, entre os animais, pobre entre os mais pobres. O seu grito de justiça ainda hoje ecoa, no Recife, e em torno de sua mensagem todos os homens de boa vontade se unem para a renovação da face da terra.”¹⁴

Vemos, como segundo aspecto, que a mensagem procurava assemelhar e reconhecer o que há de divino no grito de dor dos humildes. Daqueles que já nasceram órfãos de um sistema político-social justo. Mas não só isso, a mensagem legava aos homens de “boa vontade” a perspicácia de ver naquele grito, um brado de esperança. Um pedido de socorro que seria atendido prontamente. Perspectiva que admitia os setores populares como marginais no que concerne ao exame de sua cultura tanto material quanto espiritual.

Nesse sentido, para os intelectuais do MCP, não se tratava de um simples festejo natalino, mas, sim, da festa de uma cidade proletária, com profundas contradições sociais. Da cidade que o poeta João Cabral de Melo Neto retratou como “metade podre, que com lama podre se edifica”, “cidade sem nome sob capital tão conhecida”, “cidade sem ruas e sem casas que se diga”¹⁵, onde os intelectuais se uniam, em uma só esperança, a de transformar aquela realidade em uma sociedade justa e digna para todos.

Desse ângulo, não se pode apresentar separação entre as concepções desenvolvidas por Seraine e a exposta por Arraes, no seu texto-convite. Dado que, tanto em uma quanto em outra, o complexo cultural é tido como um “sistema integral”¹⁶ em que “todo comportamento possui uma significação, todo ato representa uma função e todo objeto tem seu lugar e sua utilidade”¹⁷, cujos elementos ganham uma determinada representatividade a partir da ingerência ativa da intelectualidade.

É dentro dessa dinâmica cultural, que se estabelece a primeira Festa de Natal da cidade do Recife, iniciativa que ampliou a política cultural do MCP. Essa nova perspectiva – valorizar e explorar o conteúdo cultural e popular dos festejos de rua – foi seguida pela institucionalização não só da referida festa natalina, como também dos festejos carnavalescos e juninos. Política cultural que ganha ainda mais densidade a partir de 1961, quando Germano Coelho assume concomitante à presidência do MCP a diretoria do Departamento de Documentação e Cultura da PMR.

Na esteira desse esforço, que visava coordenar o trabalho de instituições congêneres a fim de poupar recursos materiais e humanos, bem como multiplicar os frutos das ações culturais levadas a cabo pela prefeitura, é concebido o carnaval da cidade do Recife de 1961. Empreendimento que trouxe à tona a preocupação dos intelectuais do MCP de entender aquele festejo como um “fenômeno sociopsicológico”. Perspectiva que, na ótica dos militantes do Movimento, era movida pelo interesse “de dar às grandes festas populares do Nordeste e, particularmente, de Pernambuco, sua versão certa”¹⁸.

O carnaval daquele ano foi caracterizado não só pelo brilhantismo e animação das manifestações populares, mas também pela expressiva afluência de turistas convidados pela municipalidade ou vindos por iniciativa própria. Intelectuais, poetas, escritores e artistas nacionais acorreram ao Recife a fim de prestigiar a festa de momo da capital pernambucana. Os pontos altos da festa foram o I Baile Municipal da cidade do Recife, reali-

zado nos salões do Clube Internacional do Recife, na noite de sexta-feira da semana pré-carnavalesca, e o Baile dos Artistas, realizado no Teatro do Parque. A colaboração do MCP para o êxito da festividade se deu por meio da colaboração de sua equipe de estudantes, bem como pela participação de seus artistas. Trabalho realizado em parceria com o Departamento de Documentação e Cultura e com outros departamentos da prefeitura da cidade do Recife.¹⁹

Interessa-nos, aqui, demonstrar ao leitor que a principal característica que se apontava como distintiva do carnaval recifense – fenômeno sociopsicológico – encontrava-se, fundamentalmente, pautada pelo folclore. Buscaremos trazer à tona o peso que o modo de difusão do conhecimento indutivo e empírico teve para a “visão acertada” dos intelectuais do MCP acerca do carnaval do Recife. Dito de outra forma, observaremos a ênfase dada, pelos intelectuais do MCP, à transmissibilidade de geração a geração do fato cultural, no caso em questão, da tradição carnavalesca da cidade do Recife.

Assim, lograremos a explicação de como a perspectiva sociopsicológica se revela para os intelectuais do MCP, bem como de que modo esse ponto de vista se fundamentava em bases folclóricas, a partir da análise da pesquisa realizada pelos intelectuais do Movimento acerca do carnaval pernambucano. Dessa pesquisa, foram retirados os dados essenciais para o folheto de divulgação distribuído durante o carnaval de 1961, para a palestra ministrada sobre o carnaval na III Semana Estudantil de Cultura Popular, bem como para os textos para uma Antologia do Carnaval Pernambucano.

Desse modo, trata-se de um testemunho balizado daquilo que poderíamos chamar de filtro ideológico, uma vez que ela opera os significantes mobilizados pelos intelectuais do MCP para explicar aquela festividade. Dito isso, revisitaremos duas representações que a intelectualidade do MCP elegeu como significativas para entender essa festividade como um “fenômeno sociopsicológico”.

A primeira nos informa que, durante o século XIX, a principal característica do carnaval pernambucano estava na ênfase dada aos valores culturais importados da Europa. Cavalhadas, por exemplo, retratavam os intelectuais, eram os principais eventos do carnaval de rua daquele estado. Essa atração contava com a participação de rapazes e senhores da sociedade que, montados em cavalos, percorriam as ruas procurando acertar com suas lanças as argolas penduradas ao longo do percurso.²⁰

A brincadeira era coroada pela tradição de os vencedores entregarem as argolas, ainda em suas lanças, às senhoras que desejavam cortejar ou simplesmente homenagear. Em contrapartida a essa ação, recebiam prendas de suas eleitas. Outra particularidade desse evento era o cerimonial. Homens tocando clarins se antecipavam pelas ruas do centro do Recife anunciando a aproximação dos participantes, que, logo em seguida, desfilavam com suas lanças até o local da realização da partida. As mais importantes cavalhadas da época aconteceram na Rua do Imperador e na Rua da Praia.

Maior interesse por outras formas de divertimento só surge a partir dos anos 1870. Maracatus e mascaradas dão novo tom ao carnaval pernambucano. As fantasias eram mais requintadas com a utilização de lantejoulas, fivelas de vários tipos, bem como cabeleiras postiças. Os desfiles em direção aos bailes carnavalescos acompanhados por foliões, os “mascaras”, tornavam-se mais frequentes. As famílias decoravam suas ruas e as fachadas

¹⁹ Cf. documento manuscrito por Germano Coelho sobre o carnaval de 1961. APGC.

²⁰ As informações aqui apresentadas sobre a formação e desenvolvimento do carnaval pernambucano são oriundas do documento Dois flashes do carnaval pernambucano (1861-1961), *op. cit.*

de suas casas visando atrair as agremiações que floresciam rapidamente naqueles anos. Nesse momento, mudavam-se as características do carnaval de rua daquele estado.

Nos clubes, o carnaval não consistia apenas em bailes. Outras formas de diversão também eram apresentadas aos foliões. Atrações como o “gabinete óptico”, onde eram apresentadas paisagem de cidades europeias, bem como espetáculos de artistas variados eram práticas recorrentes. Era comum que esses bailes apresentassem músicas carnavalescas oriundas de polcas, valsas, operetas e até quadrilhas. Os principais salões de bailes do Recife eram o do Cassino Popular, o do Teatro Santa Isabel, e do Teatro Santo Antônio. Esses bailes procuravam instigar a população de várias formas. Observemos uma delas:

*Alerta, rapaziada,
Vai haver satisfação
Os quatro ventos da terra
Já anunciam a função
Quatro noites deslumbrantes
Quatro noites do demônio
Quatro bailes mascarados
Nos salões do Santo Antônio [...]²¹*

Diferentemente do carnaval de rua que, à época, já passara por modificações quanto à receptividade de influências estrangeiras, as manifestações carnavalescas em clubes permaneciam sob o padrão hegemônico da cultura europeia. Suas decorações giravam em torno de temas europeus: Paris, Veneza, Londres, Roma, representações das vitórias de Napoleão, tudo que remetesse ao velho continente era tema para ornamentar as entradas dos clubes e teatros pernambucanos, em fins do século XIX.

Nesse contexto, a particularidade apontada pelos intelectuais do MCP como distintiva desse período em tela, foi o início da mudança de postura quanto à receptividade do modelo europeu de cultura. A sociedade recifense começava a imprimir uma tímida crítica às práticas cotidianas nacionais. Alguns elementos culturais tipicamente europeus passaram a ser rejeitados pelos foliões recifenses. A apresentação de touradas, com toureiros espanhóis, foi, conforme os intelectuais do Movimento, recebida com desagrado pela população pernambucana da época. Esse fato já demonstrava uma tímida mudança de postura que ao longo dos anos foi acentuando a perda de influências das manifestações tipicamente europeias em território nacional.

O segundo exemplo versa sobre as características do carnaval pernambucano nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, segundo o olhar dos intelectuais do MCP, o carnaval era concebido como um “tríduo de inconsciência, de fraternidade e de emoções francas”. Para eles, o muro da censura estava sendo abalado e a máscara de veludo estava substituindo a máscara do faz de contas do dia-a-dia. Ou seja, a crítica às relações cotidianas nacionais estava logrando uma posição central nas manifestações culturais. Posicionamento observado desde fins do século XIX, mas que, naquele momento, assumira um papel mais significativo.

Os sinais de uma nova postura da sociedade recifense quanto a suas práticas culturais poderiam ser verificados de diversas formas. Elenquemos algumas: na música, por exemplo, o estilo clássico dos carnavais antigos já

não tinha tanto espaço como outrora. O frevo e o samba, ritmos tipicamente brasileiros, começavam a ocupar lugar em detrimento dos tangos, fados, valsas e outros ritmos de origem estrangeira. Essa mudança ocorria ao passo da maior participação de troças, blocos e maracatus, agremiações que ao longo dos primeiros vinte anos do século XX ganharam mais representatividade no carnaval pernambucano do que expressões artísticas europeias.

As decorações, por sua vez, antes fruto do empenho isolado de alguns grupos, passaram a ser, no início do século XX, tarefa de comissões previamente designadas. O trabalho era incentivado por concessões de prêmios às ruas que tivessem melhores decorações. Iniciativa que levou os moradores e comerciantes da cidade do Recife a enfeitar suas casas e estabelecimentos comerciais. Outro elemento que se destaca nessa conjuntura é o papel desempenhado pela imprensa, cuja função era estimular os moradores e comerciantes a enfeitar suas fachadas. A participação ativa desse influente meio de comunicação nesse processo denota a colaboração orgânica que havia, à época, no sentido de modernizar essa manifestação cultural, distanciando-se de padrões europeus.

Outra característica desse período foi a utilização de automóveis para estruturar os carros alegóricos. Os antigos carros de tração animal não eram mais vistos pelas ruas do Recife exercendo essa função. Tudo o que houvesse de mais moderno era utilizado para fomentar agudas críticas aos costumes sociais e políticos daqueles anos. A dinâmica cultural imprimida, a partir dali, não visava tão somente ao divertimento, mas cumpria, também, uma missão histórica, a de remodelar a sociedade brasileira a partir da crítica interna dos seus valores.

Por outro lado, essas inovações coexistiram com expressões culturais que se conservaram ao longo dos anos. Isto é, carnavais de crítica aos costumes, mas também de pastoris, bumba meu boi e fandangos. De inovações estéticas nas ruas, mas de imitações artificiais nos bailes privados. Não existiu, nesses termos, sobreposição entre as práticas culturais, mas sim, ressignificações dessas mesmas práticas a partir do julgamento da realidade e das informações contidas em jornais e livros.

Desse ângulo, o que pretendemos destacar é que, para os intelectuais do MCP, aquele fenômeno foi marcado por um processo acumulativo de experiências. Ou seja, um fenômeno cujas bases se assentavam na incorporação de uma herança, de um legado às condições objetivas da realidade social que se apresentava à época. Tendências psicológicas que se configuravam, para essa perspectiva, como o último significante dos elementos formais da estrutura cultural brasileira. Dessa forma, qualquer fator que tenha vindo a contribuir para a perda de uma determinada atração pelo modelo europeu de cultura, só potencializou um movimento que já estava em marcha na sociedade brasileira. Para aquele grupo de intelectuais, a dinâmica por meio da qual se descortinava um misto de conservantismo e mudança nas práticas culturais era uma realidade da qual não se podia fugir. Eram ocorrências que se achavam inerentes a fatores ambientais, psicológicos e históricos. Assertiva fundamentada no pressuposto de que o homem é herdeiro, criador e transmissor de cultura.

Contudo, esclarecemos ao leitor que para receber o sinete de folclórico não há necessidade de o fenômeno cultural ser oriundo sempre do passado, da tradição. Ajustando-se a configurações culturais preexistentes, inovações introduzidas à dinâmica carnavalesca por meio de difusão ou de criação de novos elementos culturais também se configuram como folclóricas. Nesse



²² Ver DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e cultura no Brasil*. Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura (Série: Vidas brasileiras), 1956.

²³ Programa da I Festa de São João da cidade do Recife. APGC.

caso, ao valorizar as tendências psicológicas do fenômeno que buscaram “dar a interpretação correta”, os intelectuais do MCP fundamentaram suas análises em pressupostos de bases folcloristas, uma vez que consideraram o caráter acumulativo da cultura como um fenômeno psicocultural. Conceito cujas origens se estabelecem no domínio das concepções folclóricas.²²

Sendo assim, os intelectuais do MCP tinham como prerrogativa: compreender o sentido da formação do carnaval pernambucano – os elementos que a originaram e a desenvolveram, bem como o que resultou dessa dinâmica – para, a partir desse entendimento, formular suas políticas culturais carnavalescas. Dessa forma, reforçamos ao leitor a compreensão da cultura brasileira, manifestada nos escritos dos intelectuais do Movimento, como fruto da capacidade de os indivíduos absorverem e ressignificarem o que recebem. O que, por sua vez, legava às políticas culturais, por eles desencadeadas, a tarefa de ingerir nas práticas sociais cotidianas, tal como ocorreu no carnaval de 1961 da cidade do Recife.

A fim de atingirmos o objetivo colimado passemos a analisar a I Festa de São João da cidade do Recife, realizada em junho de 1961. Organizada pelo MCP com o apoio do Departamento de Documentação e Cultura da PMR, a programação que se seguiu de 23 a 28 de junho daquele ano era a continuidade do projeto que havia se iniciado com o festejo natalino de 1960. Para os intelectuais do MCP, o objetivo maior daquela festa junina era reestabelecer e valorizar as melhores tradições do São João. E nessa linha de ação encamparam: exposições de cirandas, violeiros, repentistas, coco de roda, bacamarteiros, cantadores e desfiles de clubes inscritos no concurso de quadrilha. Apresentações levadas a cabo sempre no Sítio da Trindade, sede do Movimento de Cultura Popular.

A aparente simplicidade do objetivo da festa guardava suas especificidades. Na ótica dos dirigentes do MCP, havia um declínio progressivo das originárias eficácias das manifestações culturais tipicamente nordestinas. Seja pela absorção, por parte dos setores populares, de formas culturais oriundas da “cientifização do saber cultural”, seja pela introdução de saberes oriundos de fontes sociais diferentes da realidade encontrada no nordeste brasileiro. Sendo assim, interessa-nos aqui demonstrar como essa preocupação dos dirigentes do MCP dialogava com as concepções folcloristas de cultura.

Para esse fim, analisemos o programa da festa em questão:

*O Departamento de Documentação e Cultura, com o mesmo espírito com que realizou a I Festa de Natal da cidade do Recife, enriquece hoje o calendário turístico da cidade, promovendo a I Festa de São João da Cidade do Recife, em colaboração com o Movimento de Cultura Popular. Trata-se de um esforço que visa à valorização dos festejos juninos, em declínio progressivo de ano para ano e, cada vez mais acentuadamente, perdendo o seu conteúdo popular. O São João do Recife, que já foi uma das festas mais típicas do seu povo, tornou-se hoje em dia apenas uma referência no calendário mundano dos clubes sociais. Os arraiais, coco, cirandas, desafios, bandeiras, adivinhações e danças folclóricas foram desaparecendo gradativamente, substituídos por um caipirismo artificioso, vazio de conteúdo humano e sem nenhuma autenticidade. É esse processo de descaracterização que pretendemos corrigir.*²³

Os três últimos períodos desse extrato do programa são representativos acerca da influência exercida por concepções folclóricas sobre a intelectualidade do MCP. Neles, podemos observar um desejo de se criar uma

tipologia dos modos de saber e de valorá-los comparativamente. Aquilo que os folcloristas denominaram de “abstração metodológica”, construção científica que visava conduzir o curso das análises acerca da cultura popular. Distintivo também desse extrato de texto é a ênfase dada ao processo que, na ótica daqueles intelectuais, vinha ocorrendo na órbita da cultura popular. Parece-nos sintomático que ao referenciar a desintegração das manifestações folclóricas em solo pernambucano havia uma preocupação subjacente de quebra dos elementos que ligavam as manifestações folclóricas do presente ao seu passado de outrora. Assim sendo, os intelectuais do MCP alicerçaram suas análises acerca das mudanças culturais dos setores populares em pressupostos conceituais dos folcloristas.

Continuava o programa em sua parte final:

João, o povo, na noite imensa, festeja a ti. Há fogueiras e amores e bebedeiras, mas eu não irei a festa nenhuma. Amanhã, João, esse povo continuará na vida. Por que o distrais assim com teus fogos, João? Amanhã, os pobres estarão mais pobres e os ricos os esmagarão, e muitos homens irão clamar nas cadeias, como tu clamavas. João, amanhã outra vez a miséria dos donos da vida continuará deturpando a beleza da vida; as moças suburbanas irão perder a beleza no trabalho escravo; as crianças continuarão a crescer, magras e ignorantes; o suor dos homens será explorado. João, João, inútil João; o povo está gemendo, as metralhadoras se viram para os peitos populares. Ninguém dividiu as túnicas, nem os pães, como tu mandaste, João, inútil João.²⁴

A propósito dessa última parte, acentuamos as marcas históricas e sociopsicológicas subjacentes ao texto. Aspectos que, dentre outras especificidades já apontadas quando da análise dos festejos populares anteriores, demonstram a folclorização do complexo cultural na medida em que o olhar sobre a cultura ganha contornos funcionais. Embora nossa assertiva tenha uma estrutura interna consequente, lembramos ao leitor que o caráter da funcionalidade não existia só em relação à cultura popular, mas era uma prática exercida pelos intelectuais do MCP em todos os domínios da cultura. Nesse plano, cumpre destacar, com efeito, que o folclore ou cultura popular, para aqueles intelectuais, era mais um dos vários elementos da cultura, tratava-se, mais enfaticamente, de um setor da cultura, portanto, a própria cultura.

Assim, é na interpretação dada ao folclore que residem os valores mais significativos que buscamos explorar e nela é que se revela a conexão lógica entre as concepções formuladas e levadas a cabo pelos intelectuais do MCP e as concepções teóricas apresentadas anteriormente.

Educação sob o signo da cultura popular

Em 1960, no Brasil, uma das mazelas mais candentes era o analfabetismo. Estimava-se que naquele ano cerca de 33 milhões de brasileiros acima de 11 anos não sabiam ler e escrever. Desse contingente, 16 milhões eram maiores de 18 anos. Considerando o número de votantes que acorreram às urnas para a eleição presidencial daquele ano, 12,5 milhões de pessoas, tinham-se, à época, menos eleitores que o número de indivíduos impedidos de votar.²⁵ Ao confrontar esses dados com a emergência dos vários Movimentos de Alfabetização que surgiram nessa década – MCP, CPC, MEB e Ceplar – temos elementos para asseverar a natureza política

²⁴ *Idem*. O trecho citado no referido programa é uma crônica de autoria de Rubem Braga intitulada *Véspera de S. João* no Recife.

²⁵ Cf. números apresentados no projeto da campanha de alfabetização de adultos da UNE. APGC.

²⁶ Para uma visão mais pormenorizada acerca da compreensão do contexto no qual surgiu o maior surto de movimentos educacionais no Brasil, ver KREUTZ, Lúcio. *Os movimentos de educação popular no Brasil 1961-64*. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

²⁷ ROSAS, Paulo. Depoimento. *Memorial do MCP*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986, p. 19-36.

do empreendimento que visou alfabetizar os setores populares, mesmo levando em conta que o caráter político do processo não esgota a sua compreensão.

Nesse sentido, a tarefa que o MCP tomou a si era mais que um esforço humanitário. Na batalha contra o subdesenvolvimento, a miséria, a fome, pelas reformas de base, seus objetivos eram: enrijecer os laços da aliança estado-intelectual-povo; tomar conhecimento da realidade brasileira por meio da vivência particularizada de cada analfabeto e criar condições, a partir dessa experiência, para o avanço da capacidade crítica dos setores populares com relação a seu sofrimento. Nesse plano, interessa-nos apresentar ao leitor, em termos da discussão desenvolvida nos itens anteriores, a visão dos intelectuais desse Movimento acerca da educação popular.

Como ponto de partida para o fim almejado, passemos a entender como os intelectuais do Movimento enxergavam a educação no contexto sociopolítico dos anos 1960. Para eles, pensar a educação era refletir também sobre o lugar que os indivíduos ocupavam na dinâmica das relações sociais de produção. Interessava-lhes compreender e modificar a posição dos não letrados no mundo moderno. Ou seja, sua posição em face dos desequilíbrios apresentados pela relação entre agricultura / indústria, produção / distribuição, campo / cidade e setores populares / burguesia. Desse modo, tratava-se, em suma, de pensar o analfabetismo como consequência das relações de força que se estabeleceram historicamente no seio da sociedade pernambucana.²⁶ O que, por sua vez, concebia a educação como parte integrante das relações sociais.

Desse modo, para uma sociedade como a dos anos 1960, em que homens e mulheres se dividiam, fundamentalmente, em duas classes – os detentores dos meios de produção e aqueles que dispunham da força de trabalho para sobreviver – a educação era pensada como um elemento que tanto poderia servir para a conservação da ordem vigente, como para revolucioná-la a favor dos menos favorecidos naquela dinâmica social.

Em reflexão, 22 anos após o abrupto fechamento do MCP, Paulo Rosas, um dos dirigentes do movimento, relatou:

É quase um lugar-comum, em certos textos críticos, afirmar-se que a educação, no curso da História, tem sido um poderoso instrumento de fortalecimento das estruturas e valores estabelecidos pelas classes dominantes. Talvez por isso mesmo, por conhecerem seu poder, tanto maior quanto sirva, contraditoriamente, à propaganda e ao proselitismo, as classes dominantes a temem. E, porque a temem, controlam-na. Sim, porque a educação pode ser tão poderoso instrumento de conservação das estruturas e valores, quanto de seu questionamento e reforma. E, se ela for coerente com os anseios que tão freqüentemente entre nós professa, de desenvolver o desenvolvimento pleno das potencialidades da pessoa, terá uma inevitável vocação dialética – no sentido lógico do termo – mesmo autoquestionadora, quase “autofágica”. Será, obrigatoriamente, anticonservadora.²⁷

Para ele e para os demais militantes do MCP, diante dessa permanente contradição – característica típica de uma sociedade de classes – fazia-se necessário desenvolver instrumentos educacionais capazes de reformar as estruturas sociais vigentes à época. Havia um ideal de que a revolução se concretizaria lentamente, na medida em que homens e mulheres analfabetos potencializassem sua voz política por meio do processo educativo. Não se visava, pois, realizar as modificações necessárias àquela sociedade por meio

do derramamento de sangue, mas, sim, por um longo trabalho em etapas que utilizasse a experimentação metódica de novas formas educativas não como fim, mas como o começo do trabalho que deveria culminar na conscientização política dos marginalizados daquela dinâmica opressora.

Tratava-se, desse modo, de entender a educação como um sistema voltado para solucionar os problemas com que se defrontava a sociedade e também como leitura conscientizadora de mundo, sobretudo por parte do adulto analfabeto. É nesse sentido, e levando em consideração que os problemas mais cadentes dos anos 1960 atingiam com mais força os setores populares, que o sistema de educação do MCP se estruturou a partir de estudos sistemáticos sobre os complexos culturais populares. Pautando, com efeito, sua forma pelo regionalismo e seu conteúdo pelo nacionalismo. Essa perspectiva tinha um ideal de educação para o desenvolvimento, porém, o que os intelectuais do MCP propunham como desenvolvimento era o progresso material, cultural e espiritual, cujo objetivo visava à supressão da exploração dos homens pelos próprios homens.

É a partir desses postulados doutrinários que o MCP tratava de planejar a reestruturação de novos quadros de vida e trabalho, de acordo com um sistema próprio, uma espécie de arcabouço da revolução social. Desse modo, a luta para facilitar o acesso de crianças, homens e mulheres à educação básica, à formação cultural, à formação cívica e social buscava contribuir para participação direta dessas próprias pessoas na resolução dos problemas que as afligiam. Para eles, a revolução que, à época, vários setores da sociedade almejavam deveria ser pensada e executada a partir de baixo, a partir de um trabalho conjunto com os setores populares.

A execução desse plano era previamente regulada por uma tática de ação que consistia na criação de núcleos populares de cultura que pudessem mediar a relação dos intelectuais com os setores populares. As principais lideranças do MCP concebiam esses núcleos como organismos facilitadores às exigências formativas da população periférica da cidade do Recife. Os núcleos eram pensados como espaços em que os setores populares poderiam adquirir as primeiras noções da alfabetização. Ter o primeiro contato com práticas culturais, pesquisas e esportes voltados ao processo educativo. Esforço que pretendia, de um lado, valorizar a cultura popular como eixo para uma educação crítica e, de outro, colocar a educação no circuito normal da vida das pessoas que não tinham acesso a ela.

A complexidade das tarefas que iam da alfabetização a experimentos culturais, de trabalhos artesanais a técnicas profissionalizantes, demandava dos intelectuais do MCP acurados conhecimentos acerca da cultura popular, já que havia entre eles a preocupação de elaborar essas práticas educativas com e a partir dos valores fundamentais das classes populares. Na medida em que os preceitos educativos do MCP se alicerçavam a partir das experiências e vivências dos não letrados, interessa-nos demonstrar que a perspectiva que informou seu conceito de educação popular refletia as concepções acerca da cultura popular elaborada pelos folcloristas.

Analisemos alguns conceitos e metas da ação educativa:

Tem como finalidade trazer à tona os valores do povo e suas necessidades ainda latentes e bloqueadas.

Se propõe a elaborar cultura popular, que nascida dos anseios do povo, busca sua libertação enquanto pelo dominado (através da politização e organização) e, enquanto na relação homem sociedade possibilita que tal diálogo se faça, não em

²⁸ Conceitos e necessidades do MCP, cf. anexo ao IPM UNE-Ubes/Pernambuco, p. 588.

²⁹ Resoluções do I Seminário Centro-Norte de Alfabetização. APGC.

*têrmos de dominação, mas em têrmos de comunicação e reconhecimento (através da conscientização).*²⁸

Embora as metas a serem alcançadas tivessem um caráter multiforme, o empreendimento almejava, ao fim e ao cabo, preparar e assegurar a transição dos setores populares de uma fase desumanizada, em que eles eram vistos como objetos, para uma fase mais humanizada, na qual passariam a ser enxergados como sujeitos detentores de todas as suas liberdades democráticas. Para os intelectuais do MCP, na medida em que se colocavam a tarefa de assegurar a promoção de indivíduos ao plano de cidadãos conscientes, promoviam, ao mesmo tempo, uma nova ordem de relações sociais.

À primeira vista, essas ações nada se correlacionavam aos pressupostos folcloristas apresentados nos itens anteriores. Mas, ao igualar a alfabetização aos outros instrumentos de cultura popular – teatro, música, artes plásticas, festas populares, praças de cultura etc. – os intelectuais do MCP estavam concebendo a educação, também, sob o signo das interpretações dos folcloristas acerca da cultura popular. Essa nossa assertiva se fundamenta na definição dada pelos intelectuais do Movimento aos objetivos de um movimento de cultura popular: “O objetivo de um movimento de cultura popular é o da utilização de todos os instrumentos culturais existentes, desde os mais primitivos aos mais refinados, para desenvolver no povo uma consciência crítica da realidade brasileira e, com ele, partir organizados em busca de soluções concretas para a sua libertação”.²⁹

Novamente, as citações acentuam certo grau de marginalidade dos setores populares quanto à análise e à autocrítica dos aspectos materiais e espirituais de sua própria cultura, de seu cotidiano. Para os intelectuais do MCP, os camponeses, o proletariado urbano e, sobretudo, os não letrados, só identificavam vagamente as significantes da efervescência política e cultural da qual faziam parte. Dessa forma, havia uma crença, entre os militantes do Movimento, de que os setores populares não conheciam as configurações íntimas da estrutura social na qual estavam inseridos, e só passariam a tê-las a partir de uma ingerência por parte dos trabalhos realizados pelo Movimento.

O processo de folclorização do complexo cultural popular, nesses termos, se dá na medida em que os intelectuais do MCP veem o brado daqueles que não tinham suas vozes políticas institucionalizadas como sendo fruto de influências históricas e sociopsicológicas. Perspectiva que, para eles, colocava os setores populares como objetos de sua própria cultura e não como sujeitos dela. Era concebendo a cultura popular nessa chave de interpretação que os intelectuais do MCP se colocavam na posição de vanguarda dos setores populares na dinâmica cultural dos anos 1960.

Vejamos, por meio da análise de uma das provas aplicadas aos alunos durante o processo educativo, como se configurava, na prática, esse ponto de vista dos intelectuais do MCP. Atentemos à tonalidade empregada no sentido de revelar aos setores populares as verdadeiras causas de seu sofrimento:

1. Risque o que você achar certo.

(a) Povo é toda a população de um país.

(b) Povo são apenas aquelas pessoas produtoras de bens materiais.

(c) Povo é a classe social economicamente elevada.

(d) *Povo é o conjunto de classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas de desenvolvimento progressista do país em que vive.*

2. Assinale o que achar correto:

O Brasil é um país:

() Desenvolvido

() Independente

() Socialista

() Agrícola

() Dependente economicamente

() Subdesenvolvido

() Capitalista

3. Que significam essas iniciais:

SESP

CONSINTRA

EEUU

SUPRA

SUDENE

URSS

IAA

IAPI

UNE

CODEPE

SAI

4. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira

- | | |
|----------------------|--|
| (1) Democracia | () Governo de uma classe |
| (2) Reforma de Base | () Grupo de pressão popular |
| (3) Revolução | () Forma de governo |
| (4) CGT | () Governo do Povo |
| (5) IBAD | () Partido político |
| (6) PTB | () Mudança lenta de estrutura |
| (7) Presidencialismo | () Grupo de pressão internacional |
| (8) Ditadura | () Transformação parcial da estrutura |
| (9) Evolução | () Obstáculo ao desenvolvimento do país |
| (10) Imperialismo | () Transformação rápida da estrutura. ³⁰ |

O horizonte da atividade era pragmático. Nela, podemos destacar o engajamento dos formuladores da avaliação em conduzir os alunos a refletirem sobre o porquê da exploração à qual eram submetidos; quais as variáveis que levavam a tal estado; quem eram seus promotores; quais eram suas motivações políticas e econômicas; e quais extratos da sociedade eram atingidos por aquela dinâmica exploratória. Estratégia que visava contribuir para a construção de um quadro crítico que libertasse os setores populares de seus entraves psicoculturais. Notemos que essa avaliação seguia uma rígida estrutura metodológica cuja função era revelar para os setores populares suas próprias potencialidades.

Desse modo, para os intelectuais do MCP, a alfabetização dos setores populares não se tratava de um fim em si mesmo, mas, sim, de um meio para removê-los da posição política, econômica e social na qual se encontravam. Era um esforço para preparar e conduzir os populares a se adaptarem a novas tarefas, a novas atitudes sociais, ao novo contexto que lhes demandavam um trabalho na esfera da política institucionalizada. Nesse sentido, a educação popular estruturava-se a partir da intervenção

³⁰ Atividade do programa educacional do MCP, *apud* IPM 709-3, *op. cit.*, p. 570 e 571.

dos intelectuais no cotidiano dos setores populares a fim de promovê-los a outros patamares da batalha política dos anos 1960.

São esses os termos que informam as ligações das interpretações acerca da cultura popular dos intelectuais do MCP e a dos folcloristas. Nesses termos, entendemos a perspectiva desenvolvida pelos intelectuais do MCP situada, por assim dizer, entre dois quadros de pensamentos: entre a visão folclorista sobre a cultura popular e a que pensa os setores populares como sujeitos da sua história e protagonistas da construção de sua identidade. Nesse sentido, nosso artigo traz como preocupação intrínseca, primeiro, não desenvolver uma mística em torno do MCP, tornando-o uma torre de marfim distante de quaisquer interesses políticos e de classe de uma determinada elite intelectual atuante nas fileiras daquele movimento e, segundo, que a compreensão desenvolvida pelos intelectuais do MCP quanto à cultura popular não deixava de se caracterizar por certo dirigismo e elitismo. Em outras palavras, é plausível supor que a experiência histórica do MCP tenha rompido os limites e valores que informavam a perspectiva de cultura popular daqueles intelectuais.

Artigo recebido em maio de 2015. Aprovado em agosto de 2015.